



# BOAS PRÁTICAS

sobre alimentação escolar

COM PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

BRASÍLIA, 2024





**N**a última década, governos e parceiros fizeram progressos significativos na expansão da cobertura dos programas de alimentação escolar. No início de 2020, os programas nacionais de alimentação escolar entregavam refeições a mais crianças do que nunca, tornando a alimentação escolar a rede de segurança social mais extensa do mundo. Um em cada dois alunos, ou 388 milhões de estudantes, recebia refeições escolares diariamente em pelo menos 161 países.

O avanço de programas de alimentação escolar em diversos países do mundo contrasta com o estado da insegurança alimentar mundial, que se acentuou, ao longo dos últimos anos, atingindo dados alarmantes: entre 702 milhões e 828 milhões de pessoas estão afetadas pela fome, um aumento de 150 milhões desde o início da pandemia de COVID-19. Em 2020, por exemplo, quase todos os países fecharam escolas, deixando 370 milhões de crianças em idade escolar sem acesso à única refeição da qual podiam depender. Projeta-se que cerca de 670 milhões de pessoas, ou 8% da população mundial, ainda estarão em situação de fome em 2030; 3,1 bilhões de pessoas não tiveram condições de manter dietas saudáveis em 2020; e, mesmo antes da crise sanitária, 73 milhões de crianças em idade escolar já estavam vivendo em situação de extrema pobreza e fome, sem

acesso à alimentação escolar em 60 países. Ao longo do ano de 2022, a pandemia de COVID-19 continuou causando uma série de desafios a níveis global, regional, nacional e individual, afetando principalmente os países em desenvolvimento e, nesses, os grupos mais vulneráveis. Soma-se a isso o aumento da dívida pública, disrupções nas cadeias de valor, a volatilidade e o aumento nos preços internacionais de fertilizantes, combustíveis e alimentos, especialmente óleos e trigo. A guerra entre Ucrânia e Rússia exacerbou ainda mais o cenário desafiador, já afetado pela crise climática e pela desaceleração econômica.

Frente a esse cenário, aumenta a necessidade de os países trabalharem juntos para compartilhar conhecimentos e coordenar estratégias para restabelecer e aprimorar seus programas de alimentação escolar, alavancando a assistência técnica por meio da cooperação Sul-Sul trilateral.

Ao longo dos últimos anos, os **países de língua portuguesa** desenvolveram experiências nacionais consideradas boas práticas. Levando em consideração seus diferentes contextos e os contributos de seus planos estratégicos de país (*Country Strategic Plans – CSP*), elaborados em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (WFP), esses países conseguiram desenvolver estratégias para diminuir a desnutrição crônica, a má-nutrição e a pobreza.

Diante do exposto, no âmbito da parceria com o Governo brasileiro, o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP) no Brasil organizou e coordenou, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ao longo de 2022 e 2023, uma série de **três reuniões online com países de língua portuguesa**, com foco em:

- **nutrição;**
- **alimentação escolar vinculada à agricultura local;** e
- **monitoramento e avaliação.**

Os participantes foram convidados a demonstrar, através de apresentações curtas e diretas, políticas, programas e iniciativas bem-sucedidos que foram implementados em seus países, bem como os desafios relacionados.

Também tiveram a oportunidade de discutir estratégias usadas para gerir programas sustentáveis, marcos legais e políticas, apresentando exemplos que consideravam relevantes.

## objetivos dos encontros

- Aproximar as partes interessadas e **promover o diálogo** entre funcionários de governos, agências da ONU, academia, sociedade civil e terceiro setor;
- Compartilhar **conhecimentos e apoiar a elaboração de estratégias** para restabelecer e aprimorar os programas de alimentação escolar;
- Apresentar **experiências nacionais e desafios** comuns;
- Identificar as **melhores práticas** relacionadas com a alimentação escolar;
- Promover a **cooperação Sul-Sul**.

Nos últimos doze anos, o Centro de Excelência do WFP, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), tem atuado como um centro de diálogo político e de troca de conhecimentos, por meio de reuniões presenciais e através de sua [plataforma de Visita Virtual](#), sobre alimentação escolar, agricultura familiar e nutrição.

## países participantes



ANGOLA



BRASIL



CABO VERDE



GUINÉ BISSAU



MOÇAMBIQUE



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



TIMOR-LESTE

Por meio da parceria com o governo brasileiro, o Centro de Excelência do WFP tem facilitado o **intercâmbio entre o Brasil e dezenas de países do Sul global** que desejam conhecer experiências bem-sucedidas em alimentação escolar, segurança alimentar e desenvolvimento agrícola.



## reunião 1

# aspectos nutricionais dos programas de alimentação escolar

Refeições saudáveis contribuem para formar os hábitos alimentares das crianças quando conectadas a práticas de educação alimentar e nutricional. São parte essencial do desenvolvimento de estratégias para diminuir a desnutrição crônica, a má-nutrição e a pobreza.

Os países de língua portuguesa estão na vanguarda de **várias inovações em nutrição**. Ao longo dos anos, desenvolveram estratégias para diminuir a desnutrição crônica caracterizada por baixa altura em relação à idade (*stunting*), a má-nutrição e a pobreza.

A **primeira reunião online** com países de língua portuguesa ocorreu no dia 23 de agosto de 2022 e explorou temas relacionados com os **aspectos nutricionais dos programas de alimentação escolar**:

- Fortificação de alimentos;
- Planejamento de cardápios;
- Suplementação de nutrientes;
- Educação em nutrição e saúde;
- Comunicação para a mudança social e de comportamento nas escolas;
- Desafios relacionados e como superá-los.

## experiências dos países



**ANGOLA**

O Ministério da Educação de Angola, em parceria com o WFP, vem desenvolvendo uma plataforma digital para o planejamento de cardápios escolares, chamada SMP PLUS. A ferramenta tem o objetivo de criar menus econômicos e nutritivos e com componentes locais. Também permite adaptações a diferentes localidades e públicos-alvos, o cálculo de micronutrientes e do custo de cada refeição, além do perfil alimentar, com a composição de, por exemplo, proteínas, lipídios e carboidratos.



## BRASIL

Explicou que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passou por várias modificações e hoje conta com a obrigatoriedade da atuação de um profissional de nutrição em cada escola, com responsabilidades que vão além da elaboração do cardápio, incluindo: coordenação das ações do programa nos estados e municípios, realização de teste de aceitabilidade dos cardápios e treinamento de cozinheiros.



## GUINÉ BISSAU

A Lei de Cantina Escolar, adotada pelo governo em 2019, determina que o programa, que atende estudantes de 6 a 11 anos, inclua ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e distribuição de kits de alimentos (take-home rations). Entre os principais desafios enfrentados pelo país estão dificuldades para o cálculo do valor do cardápio e a escassez de profissionais de nutrição. O país trabalha no treinamento de voluntários, na implementação de compras locais de alimentos e em projetos de digitalização.



## MOÇAMBIQUE

O programa nacional de alimentação escolar atende 215 mil alunos em 340 escolas de 42 distritos, cobrindo 30% das necessidades energéticas diárias e 20% das necessidades de micronutrientes. Tem como pilares a melhoria do estado nutricional dos alunos, a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas e o desenvolvimento de habilidades agropecuárias. O país trabalha em programas de fortificação alimentar para o combate à deficiência de micronutrientes.



## SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Criado em 2010, com apoio do WFP, o Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE) do país passou a ser completamente administrado pelo governo em 2016. O programa tem objetivo de criar hábitos saudáveis, atendendo cerca de 50 mil alunos entre 3 e 14 anos, o que corresponde a cerca de 25% da população nacional. Os desafios citados incluem monitoramento e avaliação, elevados preços das mercadorias locais em comparação com alimentos importados, dificuldades logísticas e a necessidade de regulação da compra de produtos locais.



## TIMOR-LESTE

Apresentou um breve histórico do programa de alimentação escolar no país, que começou em 2005 como piloto do WFP e, em 2011, foi assumido pelo governo. Atualmente, o programa atende crianças de 5 a 12 anos de idade em 13 municípios, totalizando 320 mil crianças, ou 24% da população timorense. Entre os desafios citados estão o aumento do preço de alimentos e combustíveis e a diminuição do orçamento destinado à alimentação escolar, além do monitoramento e padronização da coleta de dados.

## desafios identificados

Gargalos de infraestrutura, escassez de profissionais de nutrição, aumento de custos e do preço de alimentos importados, logística inadequada, investimento insuficiente e necessidade de melhoria no comprometimento de governos.

## perguntas mais comuns

- Há diferenças na composição dos menus de acordo com a região do país onde são fornecidos e com o grupo beneficiado pela alimentação escolar?
- Como se dá a colaboração entre o profissional de nutrição e o agricultor familiar para a definição dos menus?
- Como é feita a conservação de alimentos e o transporte deles?
- Há algum tipo de diferença nas cestas de alimentos distribuídas nas áreas urbanas e nas rurais no seu país?





## reunião 2

### alimentação escolar vinculada à agricultura local

Os programas de alimentação escolar têm o potencial de impactar tanto o consumo de alimentos quanto os padrões de produção, especialmente quando vinculados à agricultura local (*home-grown school feeding* – HGSF). Considerada uma boa prática, a alimentação escolar vinculada à agricultura local tem o potencial de diminuir a pobreza rural através do desenvolvimento de mercados, gerando fontes de renda estáveis e confiáveis para os pequenos agricultores e apoiando-os na superação das barreiras que impedem o aumento da produtividade e da sustentabilidade.

A alimentação escolar vinculada à agricultura local é estratégia importante para a criação de sistemas alimentares resilientes, também contribuindo para reduzir a necessidade de importar alimentos e permitindo a inclusão de alimentos orgânicos nas cadeias curtas de produção.

Centrada no tema da **alimentação escolar vinculada à agricultura local (HGSF)**, a **segunda reunião online** ocorreu em 8 de novembro de 2022. Na ocasião, foram discutidos temas, como:

- Compras locais e criação de mercados alimentares estáveis;
- Inter-relações entre pequenos agricultores e alimentos frescos, acessíveis e nutritivos para refeições escolares;
- Participação comunitária;
- Financiamento de programas sustentáveis de alimentação escolar vinculada à agricultura local;
- Uso de novas tecnologias e abordagens metodológicas.

Entre as inovações citadas pelos países participantes, estão os decretos que regulamentam as compras de alimentos da agricultura familiar com percentuais mínimos

para esses produtos, a criação de hortas comunitárias, os esforços para aumentar a variedade e a qualidade dos alimentos adquiridos e o uso de novas tecnologias para meios de pagamentos e elaboração de cardápios escolares.

## experiências dos países



**ANGOLA**

Além da plataforma de criação de cardápios, apresentada na primeira reunião, Angola desenvolve iniciativa com agricultores locais e empresas privadas para a doação de alimentos com valor nutritivo, mas sem valor comercial, para cozinhas comunitárias. O país busca ampliar a mobilização de administradores municipais e envolver mais atores de cada localidade.



**BRASIL**

As ações futuras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) incluem aprimorar a disseminação de informações sobre inspeções sanitárias, expandir a compra de produtos da agricultura familiar e ampliar a compra de produtos orgânicos. Entre os desafios apontados estão a necessidade de estimular estados e municípios a utilizarem instrumento específico e menos burocrático para a compra da agricultura local, e a disseminação de informações sobre a inspeção sanitária para os produtos comprados para as escolas.



**CABO VERDE**

Prioridades nacionais envolvem o reforço do orçamento para a alimentação escolar e o aumento da dotação para a compra de alimentos da agricultura familiar. Há desafios sobre como atender as necessidades nutricionais dos alunos e mobilizar recursos para ampliação do programa de alimentação escolar.



**GUINÉ BISSAU**

Está garantindo refeições nutritivas e diversificadas para crianças em idade pré-primária e fornecendo cestas de alimentos para famílias. A criação de hortas escolares está sendo estimulada em diferentes regiões do país, assim como iniciativas para reduzir a perda na produção e transporte de tubérculos. Foi também apontada a necessidade de se adequarem os meios de pagamento para os pequenos produtores que vendem sua produção para escolas locais.



**SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Desenvolve um programa de alimentação escolar vinculada à agricultura local ambientalmente e socialmente sustentável, além de políticas de segurança alimentar e nutrição. Procura envolver pais e comunidade por meio de ações de mobilização nas escolas.



**TIMOR-LESTE**

Implementou estratégias para ampliar a capacidade das instituições governamentais de fornecer serviços relacionados à alimentação, nutrição e cadeia de suprimentos. Também citou a importância do envolvimento comunitário para o sucesso de ações de alimentação escolar vinculada à agricultura local.



**MOÇAMBIQUE**

Destacou que o país irá finalizar um manual de educação alimentar e nutricional para ser distribuído nas escolas, ampliar o projeto de hortas e concluir a estratégia de alimentação escolar, incluindo a capacitação para cozinheiros.

## desafios identificados

Garantir a sustentabilidade financeira dos programas de alimentação escolar vinculados à agricultura local e melhorar a variedade, a qualidade, o armazenamento e o transporte dos alimentos. Também foram mencionados pelos participantes o alto custo dos alimentos locais em comparação com os importados,

a dificuldade de processar pagamentos aos agricultores usando meios eletrônicos, o registro e a legalização desses agricultores, além da venda de alimentos de baixo valor nutricional dentro ou nas proximidades das escolas, concorrendo com os alimentos frescos e saudáveis.

## perguntas mais comuns

- Há incentivos para a compra de alimentos orgânicos? Quais?
- Há algum modelo para a compra de alimentos da agricultura local? Existe algum processo de chamadas públicas?
- Se houver, de que modo se dá a participação do setor privado?
- Como são feitos os pagamentos aos pequenos produtores?
- Que previsões legais existem para assegurar a compra da agricultura local?





## reunião 3

### monitoramento e avaliação

É entendimento dos países de língua portuguesa que **monitoramento e avaliação** são atividades fundamentais para o desenvolvimento de programas de alimentação escolar sustentáveis.

É a partir de atividades de monitoramento e de avaliação que governos logram: obter dados confiáveis, comparáveis e verificáveis sobre o estado da alimentação escolar; reunir informações e organizar bases de dados que forneçam insumos para a avaliação do real impacto dos programas de alimentação escolar; monitorar o desenvolvimento dos programas, aperfeiçoando-os e corrigindo rumos sempre que necessário; avaliar escopo e funcionamento, o que pode levar ao redesenho, expansão e/ou redução das intervenções; melhor informar os vários atores envolvidos (intra e extra governo, como doadores e sociedade civil), gerando maior *accountability* e transparência.

Na **terceira reunião online**, realizada em 20 de junho de 2023, os representantes dos países foram convidados a refletir sobre os pontos abaixo:

- **Estado atual de monitoramento e avaliação** de programas de alimentação escolar: Existe algum sistema de monitoramento e avaliação ativo? Se sim, como foi estabelecido? Como está organizado? Quais são os atores envolvidos? As atividades de monitoramento e avaliação são conduzidas por entidades governamentais ou externas ao governo?
- **Coleta de dados:** Que dados são coletados e por quem? Como é feita a coleta de dados, a níveis nacional, regional, provincial/estadual e municipal? Como os dados são reunidos, agregados e avaliados?
- **Financiamento:** Como é feito o repasse de recursos? De que modo

## experiências dos países



### BRASIL

Abordou os conselhos de alimentação escolar, os sistemas de monitoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as parcerias estratégicas com os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES). O país também organiza um censo escolar como forma de definir o repasse de recursos às escolas. Por fim, apontou os desafios de monitorar e avaliar o programa em um país de dimensões continentais e com diferentes dinâmicas locais.

Abordou os conselhos de alimentação escolar, os sistemas de monitoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as parcerias estratégicas com os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição

o financiamento de programas de alimentação escolar é fiscalizado? Que penalidades existem para casos de uso indevido de recursos ou não aplicação adequada deles?

- **Principais desafios:** Que desafios em monitoramento e avaliação são identificados e como superá-los? Que pontos precisam ser aperfeiçoados e quais boas práticas são procuradas?



### CABO VERDE

Apontou desafios, como a necessidade de atualizar os instrumentos para a recolha, tratamento e análise de dados. Além disso, reforçou que a existência de marcos legais é fundamental para assegurar a garantia e a continuidade de ações de monitoramento. Foram trazidos exemplos do Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE), como os indicadores de resultados e seus meios de verificação.



### GUINÉ BISSAU

Apresentou os parceiros envolvidos, os diferentes níveis de articulação nos processos de gestão, monitoramento e avaliação, a relevância de haver pontos focais, bem como os sistemas utilizados no programa de Cantina Escolar. Entre os desafios identificados, apontou a necessidade de criação de uma base de dados que inclua os dados essenciais do programa.



### MOÇAMBIQUE

Foi apresentada a estratégia de alimentação escolar do país, que servirá de base para o desenvolvimento de legislação sobre o assunto. Ações de monitoramento e avaliação estão sendo desenvolvidas, mas apresentam alguns desafios, como o aperfeiçoamento de ferramentas de monitoramento.



### SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Mostrou como o país faz uso das fichas de monitoramento e avaliação, que servem de base para a recolha de dados e são utilizadas nas visitas periódicas às escolas. Também apresentou desafios, como a necessidade de financiamento estável e adequado para o programa de alimentação escolar, de adoção de lei que regule a compra de produtos locais e de melhorias em cozinhas e cantinas escolares.



### TIMOR-LESTE

Explicou o funcionamento do programa Merenda Escolar e os tipos de dados que são coletados, preparados e consolidados pela equipe de gestão de alimentação escolar. Acrescentou que o sistema de monitoramento e avaliação precisa de melhorias, por exemplo, a partir da utilização de ferramentas padronizadas de coleta de dados e de atividades de capacitação profissional.



## desafios identificados

Desenvolver instrumentos de monitoramento e avaliação, criar mecanismos informatizados que garantam a centralização e análise dos dados; haver financiamento previsível e suficiente para monitoramento e avaliação, preferencialmente assegurado por marcos legais.

## perguntas mais comuns

- Como estabelecer sistemas informatizados de monitoramento e avaliação?
- Como assegurar que os dados coletados são abrangentes, comparáveis e confiáveis?
- Quais as vantagens e desvantagens da realização de atividades de monitoramento e avaliação a partir de entidades intra e extra-governamentais?





A série de três reuniões online com países de língua portuguesa repercute as recomendações e o avanço das discussões sobre segurança alimentar e nutricional no âmbito da **Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. Ao longo dos anos, boas práticas e experiências nacionais foram partilhadas, ganharam adensamento institucional e orientaram o desenvolvimento de programas nacionais de alimentação escolar.

Desde 1997, ministros da Educação dos países da CPLP reúnem-se em conferências com o intuito de aprofundarem conhecimentos mútuos em relação aos sistemas educacionais dos países do bloco e ao uso da língua portuguesa. A alimentação escolar ganhou destaque por ocasião da X Reunião de Ministros da Educação da CPLP, realizada no Brasil em 2018 e sob a presidência pro tempore do país (2016-2018).

A declaração final realçou a importância da alimentação escolar, reafirmando que o consumo de alimentos saudáveis contribui para o crescimento, o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes. Além disso, fez menção ao Seminário Internacional “Sustentabilidade dos Programas de Alimentação Escolar nos Países da CPLP”, organizado por FNDE e Ministério da Educação (MEC), em parceria com a ABC e o Centro de Excelência do WFP. Em razão do seminário, os membros da CPLP assumiram o compromisso de fortalecer o tema da alimentação escolar no âmbito da comunidade e dar encaminhamentos a desafios identificados.

Realizada sob a presidência pro tempore de Cabo Verde (2019-2020), a XI Reunião de Ministros da Educação da CPLP encorajou a



continuidade da partilha de experiências e de boas práticas através da realização de reuniões internacionais e da atuação do grupo de trabalho sobre alimentação, nutrição e saúde escolar. Os membros da CPLP mencionaram, também, a intenção de o bloco realizar novo seminário sobre alimentação escolar, o que ocorreria em Luanda, Angola.

O II Seminário de Boas Práticas sobre Alimentação Escolar na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), teve lugar em 2023, durante a XII Reunião de Ministros da Educação da CPLP e sob a presidência angolana do bloco (2021-2023). Juntamente com a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP), o Plano Estratégico (2022-2026) e o Plano de Ação de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação (2022-2024), o seminário enfatizou o papel central da alimentação, da nutrição e da saúde escolar nos trabalhos do grupo. Ademais, contou com **a participação e contribuições de FNDE, ABC e do Centro de Excelência do WFP**. Entre os temas de relevo discutidos, está a cooperação em matéria de ações de capacitação institucional sobre educação alimentar e nutricional para a promoção de hábitos alimentares saudáveis nos estados-membros.

## conclusão

Em três encontros, países de língua portuguesa dialogaram sobre nutrição, alimentação escolar vinculada à agricultura local e monitoramento e avaliação, componentes fundamentais para o desenvolvimento de programas de alimentação escolar sensíveis ao gênero e à nutrição, ambientalmente saudáveis e que promovem o empoderamento das comunidades locais.

Este tipo de troca é inédito no WFP. Pela primeira vez, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste puderam trocar experiências através da língua em comum, o português. Essas trocas, na nossa língua materna, facilitam o surgimento de novas pontes, de novos contatos e de novos projetos e parcerias.

## oradores

### WFP

- Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP) no Brasil: Daniel Balaban (diretor e representante), Sharon Freitas, Felipe Albuquerque e Eliene Sousa
- Centro Regional de Excelência contra a Fome e a Desnutrição do WFP em Côte D'Ivoire (CERFAM): Christiani Buani
- WFP Angola: Gracy Heijblom
- WFP Guiné Bissau: Pita Correia
- WFP Moçambique: João Lima

### GOVERNOS

- Angola: Soraya Teresa de Jesus Mateus Kalongela, diretora nacional da educação pré-escolar e ensino primário do Ministério da Educação; Esther Isabel Epalanga, chefe do Departamento de Saúde Escolar do Ministério da Educação
- Brasil: Sineide Neres, assessora da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Renata Mainenti Gomes, coordenadora de apoio ao controle social da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Isabella Araújo, Chefe da Divisão de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Plínio de Assis Pereira Junior, responsável substituto da área de cooperação sul-sul trilateral com organismos internacionais da Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Paola Barbieri, analista de projetos de cooperação sul-sul e trilateral com organismos internacionais da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
- Cabo Verde: Henrique Fernandes, diretor do Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE)
- Guiné Bissau: Julio Cesar Nunes Correia, diretor das cantinas escolares do Ministério da Educação; Laiciato Assanato Jamanca, nutricionista da Direção-Geral de Assuntos Sociais e Cantinas Escolas do Ministério da Educação
- Moçambique: Manuel Veremo Fulede, técnico do Departamento de Nutrição e Saúde Escolar do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
- São Tomé e Príncipe: Youdmila Vila Nova, nutricionista do Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE); Wilson Veiga, responsável de logística do Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE)
- Timor-Leste: Sebastiana Nani Lemos, ponto focal para alimentação escolar do Ministério da Educação, Juventude e Desporto (MEJD)

## agradecimentos

O Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP) no Brasil e o governo brasileiro agradecem aos escritórios de país do WFP em Angola, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, ao Centro Regional de Excelência contra a Fome e a Desnutrição do WFP em Côte D'Ivoire (CERFAM) e aos parceiros governamentais de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.



